

INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO		
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA		
INVEST.(A/S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA		
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA	E	
	OUTRO(A/S)		
INVEST.(A/S)	: EDUARDO DA COSTA PAES		
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA	E	
	OUTRO(A/S)		

DECISÃO

**INQUÉRITO – DECISÃO – EFEITOS –
EXTENSÃO – TERCEIRO –
INADEQUAÇÃO.**

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

Este inquérito foi instaurado para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986.

INQ 4435 / DF

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado Eduardo da Costa Paes, que não detinha a prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo. A Primeira Turma, em 19 de setembro de 2017, deu provimento a agravo interposto pela defesa, para manter a investigação, integralmente, sob a jurisdição do Tribunal.

Em 8 de maio de 2018, declinou da competência para a primeira instância da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que os delitos imputados ao investigado Pedro Paulo Carvalho Teixeira, apesar de alegadamente cometidos quando já ocupava o cargo de deputado federal, não estão a este relacionados. Proclamou o não enquadramento da situação jurídica em termos de competência do Supremo.

Formalizado agravo pelos investigados, a Primeira Turma, em 20 de novembro de 2018, por maioria, acolhendo questão de ordem, afetou o julgamento do mérito do recurso ao Plenário, considerada a necessidade de pronunciamento do Colegiado acerca da competência da Justiça Eleitoral.

Em 13 de março último, o Pleno, por maioria, nos termos do voto de Vossa Excelência, deu parcial provimento ao agravo protocolado pelos investigados para: a) no tocante ao fato acontecido em 2014, afastar o ato impugnado e assentar a competência do Supremo; b) no que concerne às supostas infrações ocorridas em 2010 e 2012, declinar da competência para a Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Na sessão de julgamento, o Colegiado concluiu pela competência da Justiça especializada para o julgamento de crimes eleitorais e dos comuns que lhes sejam conexos, observado o artigo 35, inciso II, do Código Eleitoral. O acórdão encontra-se pendente de publicação.

INQ 4435 / DF

João Vaccari Neto, por meio da petição/STF nº 17.276/2019, subscrita por advogados credenciados, sustenta não cumprir à Justiça Federal processar e julgar os fatos objeto do processo nº 5013405-59.2016.4.04.7000, no que condenado pelo Juízo da Décima Terceira Vara Federal de Curitiba e parcialmente mantida a sentença pela Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Afirma configurada a competência da Justiça Eleitoral, pois, segundo aduz, a imputação formalizada consiste na suposta intermediação de valores não contabilizados destinados ao pagamento de dívidas de campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Alude ao decidido, pelo Pleno, no quarto agravo regimental protocolado neste inquérito e à similaridade com o contexto que resultou na própria condenação.

Requer: a) a suspensão, até que seja definida a competência, da tramitação do processo nº 5013405-59.2016.4.04.7000, determinando-se o afastamento da execução provisória da pena imposta; b) o reconhecimento da incompetência da Justiça Federal, com a consequente nulidade de todos os atos praticados, incluindo-se as decisões que implicaram a custódia e o bloqueio de bens patrimoniais.

Os autos estão no Gabinete.

2. Observem a organicidade do Direito. O inquérito é subjetivo, ou seja, possui balizas próprias considerados os envolvidos. Pretende-se estender ao requerente, réu em processo-crime que tramita perante o Juízo da Décima Terceira Vara Federal de Curitiba, os efeitos do decidido, no tocante à competência da Justiça Eleitoral, quando do exame, pelo Pleno, do quarto agravo regimental neste inquérito. Tem-se a impropriedade do pedido.

INQ 4435 / DF

3. Nada há a deferir. Devolvam a peça e os documentos que a acompanham.

4. Publiquem.

Brasília, 5 de abril de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO.

Relator